

ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito de março de dois mil, deu-se início a Sexagésima Sétima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sob a Presidência do Vice - Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL). Presente os conselheiros titulares: EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL (MINISTÉRIO DA FAZENDA); MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP); MARIA IZABEL DA SILVA (CUT); NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO (MNDH) ; KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); JOSÉ FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE) ; JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB); RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP) ;CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE (MPAS); IVANILDO FRANZOSI (CASA CIVIL);NORMA RICALDONE SCHIMITT (MINc); ANTONIO IVAN ARAUJO SILVA (MPOG). Presentes também os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: OLGA CÂMARA (MJ); JÚLIO BOAVENTURA SANTOS MATOS (MRE) ; MARILDA MARFAN (MEC); GLÁUBER MACIEL SANTOS (MTE) ; JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS JUNIOR (MS). Por motivo de ausência justificada dos conselheiros titulares da AMENCAR e da ABONG, foram convocados e estiveram presentes os conselheiros não governamentais que assumiram a titularidade nesta assembléia; OZANIRA FERREIRA DA COSTA (CECRIA) e CLODOVEO PIAZZA (INDICA) . O Vice – Presidente abriu os trabalhos e em seguida submeteu o ITEM I – APROVAÇÃO DA PAUTA à plenária, tendo a mesma sido aprovada com ajustes pertinentes quanto aos horários das Comissões e GT's e a transferência do item IV – Fala do Presidente do CONANDA, para a pauta do dia vinte e nove de março de 2.000. Os demais itens permaneceram inalterados como segue: II – LEITURA ,DISCUSSÃO

E APROVAÇÃO DA ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONANDA. A Ata da Sexagésima Sexta Assembléia Ordinária foi aprovada com ajustes pertinentes.

III – AVALIAÇÃO DAS PENDÊNCIAS DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR: Foi feito balanço sobre o cumprimento das pendências, de acordo com a memória da assembléia anterior, sendo que os encaminhamentos não efetivados foram justificados pelos seus responsáveis. Quanto aos pontos pendentes, foram transferidos para novas proposições nas Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho.

IV – EXPOSIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PORTO CALVO –AL E CAXIAS – MA –O Vice-Presidente fez a apresentação da Promotora de Justiça de Caxias – MA, Dr^a Lítia Cavalcante e da Juíza de Direito da Comarca de Porto Calvo – AL, Nirvana de Mello Vianna e em seguida fez o relato das discussões havidas neste Conselho sobre as denúncias de exploração sexual nos Estados de Alagoas e Maranhão, bem como as providências da SEDH / neste sentido. Prosseguindo, passou a palavra a Dr.^a Lítia, que apresentou seus cumprimentos e a sua satisfação de estar aqui presente. Falou do seu trabalho árduo desde que assumiu a Curadoria da Infância e da Juventude, dando ênfase sobre a Portaria criada por ela , proibindo a prostituição de crianças e adolescentes nos prostíbulos de Caxias e do trabalho de esclarecimento sobre o assunto aos donos dos prostíbulos e com as meninas prostituídas, os esclarecimentos sobre os riscos que elas estavam correndo. Falou que os cabarés de Caxias são elitizados e de grande prestígio, envolvendo as grandes autoridades locais e que essas autoridades se valem da prostituição ao invés de combatê-la. Disse, que os envolvidos vão desde o Comandante da Polícia Militar, Juizes, Deputados e até mesmo o Presidente da OAB local. Enalteceu a participação do Conselho Tutelar, dizendo que ele sempre foi o seu grande aliado neste trabalho. Dr^a Lítia, informou que o narcotráfico em Caxias anda par e passo com a prostituição infantil, como forma de se manter.

Segundo a Promotora, há em Teresina – PI, uma grande autoridade envolvida com o narcotráfico do Maranhão e que ela juntamente com a Corregedoria do Ministério Público, conseguiram incluir a adolescente que denunciou os fatos no Programa de Proteção à Testemunha . Para ela, a recuperação dessas adolescentes é difícil, necessitando de uma ação eficaz, mostrando outras opções de vida para essas meninas, elevando seus valores e a sua auto estima, visto que o vício acaba corrompendo o corpo e o caráter. Ressaltou que com esse trabalho conseguiram afastar outras meninas, conscientizando - as a não entrarem nessa vida . Para a Promotora, o trabalho necessita de estruturas adequadas e que Caxias carece das mesmas. Acha o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal brandos nas questões das penalidades para o abuso sexual e a corrupção de crianças e adolescentes, citando casos de tráfico de adolescentes para a Itália e Espanha e que as penas para esses aliciadores são muito brandas. Apresentou vários exemplos concretos de artigos do Estatuto e do Código Penal. A Dr.^a Nirvana, após os cumprimentos, fez o relato da situação da Prostituição Infantil em Porto Calvo e da sua denúncia sobre adolescentes que viviam em cárcere privado, com alto índice de doenças sexualmente transmissíveis, esclarecendo que durante o dia essas adolescentes trabalhavam na faxina dos prostíbulos e à noite atendiam os fregueses. Falou do seu trabalho para tirá-las desses prostíbulos e arranjar emprego à elas. Fez o relato completo sobre as autoridades que transformaram o Fórum de Porto Calvo e fazendas vizinhas em verdadeiros Bordeis, incluindo padres, promotores, fazendeiros, etc. e que em função de sua denúncia na defesa dessas adolescentes está respondendo a sete sindicâncias, estando no momento sob a proteção da Polícia Federal e Estadual. Disse que está deixando Porto Calvo, por motivos de graves ameaças sofridas e por sentir-se só neste trabalho. Saliou que essas autoridades compram as adolescentes, com casas, roupas e alimentos e que seus pais fecham os olhos para os problemas, quando as filhas chegam em casa com essas roupas e

alimentos. Fez apelo para que o CONANDA faça alguma coisa por essas adolescentes e para que fossem implantados estabelecimentos para encaminhamento dessas meninas, visto que em Porto Calvo ainda não há Conselho Tutelar e nem instituições para esses fins. O Vice Presidente abriu o debate, tendo sido registrado os seguintes pontos: 1) A conselheira Olga Câmara, elogiou o relato das expositoras, alegando que elas tentaram conter suas emoções e demonstrar seus valores morais e éticos ao enfrentarem as autoridades dos seus municípios. Relatou as providências que a SEDH tomou quando recebeu a denúncia da Promotora de Caxias, cujo documento de resposta foi enviado à Governadora do Maranhão, pelo Dr. José Gregori, tendo repassado cópia do documento à Promotora e sobre o Prêmio de Direitos Humanos oferecido à juíza de Alagoas, pela SEDH. Indagou à Dr.^a Telma Cavalcante Lino, Delegada de Polícia e Diretora do Departamento de Direitos Humanos da Polícia Federal que se encontrava na plenária, se o CONANDA poderia solicitar à Polícia Federal, proteção para a Promotora e quais as possibilidades do Estado interceder nesta questão. A Dr.^a Telma, cumprimentou a todos, fazendo um breve relato do objetivo do Departamento de Direitos Humanos da Polícia Federal, principalmente no tocante aos crimes de pornografia na INTERNET e da carência do efetivo da Polícia Federal. Com relação à Promotora, argumentou sobre a questão do crime interestadual, porém acha que o problema pode ser resolvido a nível de Ministério. 2 – A conselheira Maria Izabel, destacou que a maioria das denúncias havidas é por questão de pobreza, enfatizando que cinquenta milhões de brasileiros estão vivendo com menos de um salário mínimo. Para a conselheira, o CONANDA deve de fato discutir a questão da distribuição de renda no país. Propôs a realização de audiência pública no Congresso Nacional, em parceria com a Frente Parlamentar, objetivando discutir o envolvimento de parlamentares nessas questões e denunciando a falta de decoro parlamentar, inclusive, propôs o convite às autoridades máximas dos órgãos envolvidos. Propôs ainda, a realização

de audiência pública em Porto Calvo e Caxias. Abordou o caso de denúncias envolvendo magnatas de Presidente Prudente – SP, no tocante a leilão de garotas, denunciado pelo Conselho Tutelar e pela CUT local. Alegou que as meninas foram compradas, para retirarem seus depoimentos e que tanto o Conselho Tutelar como a CUT, estão aguardando o julgamento final, para as providências. A conselheira Olga Câmara, sugeriu articulações do CONANDA com o Presidente da Comissão de Especialistas que está tratando da reformulação do Código Penal, para a retirada do artigo 225 do mesmo. 3 – A conselheira Cristina, fez o relato dos trabalhos que a SEAS vem desenvolvendo no tocante ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção à Crianças e Adolescentes e das estratégias que estão sendo elaboradas para a sua implantação, inclusive argumentando sobre a possibilidade de levar o Projeto Piloto à Porto Calvo e Caxias. Reforçou os argumentos da juíza e da promotora, dizendo que nesses municípios não existem casas de passagens e outras estruturas, para o atendimento dessas adolescentes. 4 – A conselheira Ozanira, argumentou que o CECRIA tem como eixo básico o combate à exploração sexual de criança e adolescente. Falou da sua participação no Encontro do ECPAT – Organização Internacional pelo fim da exploração sexual, comercial, pornográfica e tráfico para fins sexuais e das propostas apresentadas pelos adolescentes que participaram do evento, de reforçar a discussão do combate a pobreza e a criação de programas para atendimento às vítimas e ao agressor, exemplificando que os pais que hoje abusam de crianças e adolescentes, no passado também já foram abusados sexualmente. Informou, que o Centro de Defesa de Alagoas, reforçou as denúncias da juíza quanto à exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes quanto a falta de atendimento total para essas adolescentes, por parte do Estado e o risco de vida que elas estão sofrendo, por terem feito as denúncias. Indagou sobre a possibilidade de inseri-las no programa de Proteção à Testemunha. Elogiou a coragem de duas mulheres autoridades, no

caso juíza e promotora, pela coragem que tiveram de denunciar inúmeras autoridades públicas envolvidas na exploração de crianças e adolescentes. 5 – A conselheira Maria Stela, propôs o encaminhamento dessas denúncias à Anistia Internacional; a criação de uma Comissão Permanente para acompanhamento dos desdobramentos desse assunto e a formação da opinião pública contra essa situação. A conselheira Olga Câmara, contra-argumentou, dizendo que já existe uma Comissão que trata desses assuntos, inclusive existe a rede RECRUA, formada através de convênio MJ/DCA/CECRUA e que o DCA já está mapeando o Brasil todo sobre essa questão. Falou da importância da criação de delegacias de crimes contra crianças e adolescentes, das Varas Privativas de Crimes contra crianças e adolescentes e dos Núcleos das Defensorias Públicas. 6 – O conselheiro Clodoveo Piazza, enfatizou que a questão da decadência das estruturas institucionais deveria ser alvo das atenções do CONANDA. 7 – A conselheira Rachel Niskier, sugeriu conclamar os Conselhos Estaduais para que atuem localmente nesses casos, bem como o CONANDA articular-se com a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, para uma ampla mobilização da sociedade sobre esses fatos e finalizando, sugeriu a cassação dos canais 0800 que não funcionarem a contento, tendo em vista os mesmos funcionarem através de concessão. 8 – O conselheiro José Fernando, propôs a realização de duas assembléias ampliadas, sendo uma no Maranhão e a outra em Alagoas e duas audiências públicas com os governadores desses Estados. Caso essas assembléias se efetivem, articular-se com a ANDI, para traçar estratégias, nos sentidos de causar indignação nacional. 9 – A conselheira Eurídice, sugeriu a criação de ouvidoria no CONANDA para acompanhar a efetividade dos fatos e que fosse convocada a Transparência Internacional para acompanhar esses casos. Sugeriu ainda, que se buscasse nos tribunais superiores, pessoas comprometidas com estas questões para defende-lás, bem como a divulgação na mídia dos casos não resolvidos pelas autoridades. 10 – O conselheiro Nelson, sugeriu introduzir no

CONANDA a discussão da federalização dos crimes contra os direitos humanos, para uma apuração e julgamento mais celebre e mais rápido e a conselheira Olga Câmara, complementou que os crimes chamados contra os costumes fossem considerados crimes de direitos humanos. Finalizando o debate, o Vice-Presidente agradeceu a importante participação das visitantes, dizendo que faz parte do CONANDA essa articulação com os operadores do ECA. As visitantes agradeceram pelo desabafo e pelo apoio deste Colegiado comprometido com a causa.

V – COMISSÕES TEMÁTICAS E GRUPOS DE TRABALHOS – No período da tarde as Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho se reuniram para avaliação das atividades do exercício de mil novecentos e noventa e nove; avaliação da Terceira Conferência Nacional; Planejamento do ano dois mil e Plano de Aplicação dos recursos do FNCA para o ano dois mil. No segundo dia de assembleia, o Vice-Presidente prosseguiu os trabalhos, com a pauta que segue:

I – FALA DO PRESIDENTE DO CONSELHO: Estiveram presentes neste momento da assembleia, nove representantes dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, representando as Cidades Satélites de Santa Maria, Taguatinga, Ceilândia, Gama, Paranoá e Sobradinho. O Presidente compareceu a Assembleia, acompanhado do Secretário Adjunto dos Direitos Humanos, Dr. Marcelo Estevão. Inicialmente, Dr. José Gregori cumprimentou a todos, dizendo da satisfação de estar nesta assembleia para reafirmar o seu interesse pelo CONANDA, salientando, que a SEDH quer ativar as questões voltadas a crianças e adolescentes. Abordou a questão da violência e a atuação do Governo Federal no tocante a proibição da venda de armas de fogo, aos Planos de Combate a Violência e a Drogas e sobre o problema da violência no entorno do Distrito Federal, alegando que em todas essas questões há o envolvimento de crianças e adolescentes e ressaltou a importância do CONANDA contribuir nessa Campanha Contra a Violência. O Presidente enfatizou, que gostaria de dar visibilidade à sociedade de que o CONANDA existe e do que ele faz, bem como, que todos o conhecessem e o

respeitassem, tanto no governo, como na sociedade. Falou da legitimidade do CONANDA e da sua base moral que é extraordinariamente boa e disse ainda que gostaria de juntos descobrirem o "soro caseiro" para ser a marca registrada do CONANDA. O Vice-Presidente abriu o debate, tendo sido registrada as seguintes intervenções: 1 - A conselheira Rachel Niskier, sugeriu como carro-chefe e o soro caseiro do CONANDA a instalação de Conselhos Tutelares em todos os municípios brasileiros. Continuando na mesma tônica, a conselheira Olga Câmara, informou que de acordo com o levantamento do DCA existem hoje dois mil e seiscentos Conselhos Tutelares criados e destes apenas mil e quatrocentos estão em funcionamento real. Alegou, que essas dificuldades são em decorrência dos Conselhos Tutelares onerarem os cofres públicos e também pela questão trabalhista do Conselho Tutelar, dizendo que as Prefeituras pagam valores diferenciados, de acordo com o seu entendimento e interesse. 2- A conselheira Kênia, falou que o papel do CONANDA é estar apontando diretrizes e que as novas diretrizes que serão reelaboradas pelo Conselho podem desenvolver uma ação muito grande neste país, mobilizando Prefeitos, Vereadores, etc, vinculando os Conselhos Tutelares com a questão da violência e tentar estrategicamente uma ação responsável, para que todos cumpram o seu papel. Ela também argumentou que o problema de implantação do Conselho Tutelar pelas Prefeituras é a geração de despesas e a exposição da fragilidade do serviço público. 3 - .A conselheira Maria Stela, também relacionou a implantação do Conselho Tutelar como o "soro caseiro". Ela disse que a mobilização nacional vai se dar através dele, e que o mesmo está como sentinela, observando os direitos violados, cabendo ao CONANDA fazer a junção do problema da violência com a ação do Conselho Tutelar. Ressaltou ainda, que para a agilização do Conselho Tutelar é imprescindível que todos os municípios tenham pelo menos um Conselho Tutelar funcionando e que todos estejam integrados ao Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA. Propôs ainda, que os conselheiros tutelares com

experiência sejam os agentes formadores de novos conselheiros; 4 – O conselheiro Clodoveo Piazza, falou da necessidade de criar a figura trabalhista dos conselheiros tutelares. Prosseguindo, o Vice – Presidente, passou a palavra ao representante dos Conselhos Tutelares que estavam presentes. O conselheiro tutelar Francisco de Assis Morais da Costa, da Ceilândia, informou que os conselheiros aqui representados vieram trazer cópia de documentos do processo de mobilização que está sendo deflagrado para que as leis sejam cumpridas pelo Governo do Distrito Federal. Enfatizou, que os Conselhos Tutelares do Distrito Federal vem funcionando precariamente, sem o apoio do governo e que os novos Conselhos criados não dispõe de sede, transporte, linha telefônica e equipamentos básicos para o atendimento. O Presidente, solicitou que fossem feitos relatos de ações concretas que são desenvolvidas por esses Conselhos e que fossem citados exemplos positivos dessa ação. A conselheira Tutelar de Santa Maria, citou como exemplo o atendimento do garoto de nove anos que esfaqueou a amiga de sete anos, inspirado no filme “Brinquedo Assassino” e os encaminhamentos realizados nesse sentido. Houve consenso dos conselheiros do CONANDA e dos conselheiros tutelares que vale a pena apostar na mobilização nacional para a implantação dos Conselhos Tutelares em todos os municípios. O Presidente solicitou providências para resolver as seguintes questões: 1- Que o DCA, juntamente com o Ivanildo da Casa Civil, apresentem no prazo de uma semana, quadro demonstrativo dos Conselhos Tutelares, com valores pagos por região, afim de estabelecer comparação com os Conselhos do DF; 2- Estudar a possibilidade para que nenhuma Prefeitura receba recursos federais, se não tiver implantado os Conselhos Tutelares; 3 – Dr. Marcelo solicitar informações ao Secretário da Criança do DF, sobre o porque dos Conselhos Tutelares estarem funcionando precariamente e ver o que se pode fazer concretamente. O Vice - Presidente falou da proposta do CONANDA de criar parâmetros nacionais sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares, enfatizando que se os

Conselhos não forem implantados, todo o sistema de garantia de direitos ficará comprometido. O outro assunto abordado pelo Vice-Presidente, foi sobre o convite que o Dr. José Gregori recebeu para em Lisboa dirigir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Ele informou ao Presidente, que o CONANDA preparou uma carta a ser enviada ao Presidente da República, solicitando que considere a possibilidade a sua permanência à frente da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, tendo em vista a necessidade da consolidação do Plano Nacional dos Direitos Humanos. Ele aproveitou a oportunidade, para falar da efetiva parceria entre o CONANDA, a SEDH e o DCA, que tem o objetivo maior de consolidar o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Presidente agradeceu a manifestação de afeto e disse que a considera como uma condecoração. Disse também, que ainda não tomou nenhuma decisão sobre o convite, embora considere-o um desafio sedutor e que do ponto de vista dos direitos humanos não há melhor bandeira para defendê-lo. Com relação a consolidação dos direitos humanos, argumentou que qualquer governo vai aderir a essa questão e acha impensável a interrupção dos direitos humanos no Brasil. No que tange a assunção da Presidência do Conselho pela sociedade civil, disse não se opor, defendendo a tese do rodízio. A plenária propôs e foi aprovado para que a eleição fosse realizada naquele momento, aproveitando a presença do Senhor Presidente. A eleição foi realizada, tendo o Vice-Presidente Cláudio Augusto sido eleito Presidente por aclamação, ficando a Vice- Presidência com o Dr. José Gregori, que passou a mesma à conselheira Olga Câmara, com a aprovação do Conselho. Dr. Gregori, cumprimentou o novo Presidente pela eleição e despediu-se agradecendo a todos. Dando prosseguimento aos trabalhos na parte da tarde, Dr. Marcelo fez a entrega oficial de documento , contendo a nova estrutura do Ministério da Justiça, o organograma e o Planejamento Estratégico da SEDH, ressaltando que a estrutura do DCA permaneceu intocável. Informou, que o Plano de Ação do CONANDA e o Plano de Aplicação dos Recursos do FNCA, serão

instrumentos importantes nas negociações com a Fundação Banco do Brasil, para execução dos convênios do FNCA, no sentido de utilizar mão –de –obra especializada e a capilarização dessa rede, para a garantia dos resultados almejados. Disse ainda, que já iniciou negociações com o IBAM, objetivando o mapeamento dos parceiros da SEDH, para a montagem de rede nacional dos direitos humanos, (ON LINE)e para capacitação dos integrantes dessa rede nas questões de direitos humanos e gestão pública. Disse também, que mediante os encaminhamentos desta assembléia no tocante aos Conselhos Tutelares, irá estudar a possibilidade de priorizar a inclusão de programa de capacitação para conselheiros tutelares. Com relação ao orçamento do CONANDA e do FNCA falou das negociações havidas e ressaltou que não conseguiu-se tudo, mas alguns avanços. Ele disse, que algumas questões não foram contempladas no orçamento, porém, poderão vir a ser implementadas através de recursos adicionais do Plano Nacional de Segurança Pública, que envolve um conjunto de ações na área da criança e do adolescente. Cumprimentou o novo Presidente pela eleição e pela sintonia que o Conselho vem desenvolvendo com a SEDH, almejando para que o CONANDA continue avançando nessa parceria.

II RELATO DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO: Tendo em vista a exiguidade de tempo este ponto de pauta foi transferido para a assembléia do mês de abril.

III – DELIBERAÇÕES DO PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO: O Plano de Ação do Conselho foi aprovado por unanimidade, após alterações pertinentes, ficando as Comissões Temáticas e os Grupos de Trabalho, encarregados para definição dos prazos e dos responsáveis pela sua execução.

IV – DELIBERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DO FNCA: o Plano de Aplicação do FCA também foi aprovado por unanimidade, após alterações pertinentes.

V – INFORMES: 1 – A conselheira Marilda Marfan fez um rápido relato sobre o andamento do Plano Nacional de Educação – PNE – no Congresso Nacional e distribuiu, para todos os conselheiros, uma cópia de documento

elaborado pelo MEC / INEP, que mostra os resultados de um comparativo entre o PNE, na sua forma original e o Substitutivo aprovado pela Comissão de Educação da Câmara. A conselheira destaca o fato de que foram introduzidas várias mudanças significativas que merecem ser analisadas pela Comissão de Políticas Públicas.

2- A conselheira Olga Câmara, fez o relato da reunião que participou juntamente com o conselheiro José Fernando em Recife, para tratar de assuntos relativos a Portaria da Justiça da Infância e Juventude, sobre o Toque de Recolher e justificou sobre a não convocação dos conselheiros Normando e Eurídice, por falta de recursos financeiros do Ministério da Justiça. Os Conselheiros Fernando Silva e Olga Câmara deverão preparar um relatório, detalhando as reuniões realizadas, em Recife, e propor encaminhamentos que serão apreciados na próxima Assembléia do CONANDA

2 - A conselheira Maria Izabel, informou sobre a reunião do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e apresentou a Comissão do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil da Bahia, composta por dez representantes da Sociedade civil da área do sisal. Todos se apresentaram e um dos componentes da Comissão fez o relato dos pontos essenciais de reflexão da Comissão, sobre o manual operacional do PETI da SEAS. Os pontos negativos são: 1 – Considerou negativo o tempo que a criança e o adolescente permanecem no trabalho; 2- O manual desvincula a educação do Programa; 3 – Mudança nas questões de inclusão e exclusão; 4 – Redução da Bolsa; 5 – Retirada do caráter preventivo. A comissão entregou um documento aos conselheiros, contendo as seguintes sugestões: a) Seja garantido às crianças e adolescentes a sua permanência no programa até a conclusão do ensino fundamental; b) Seja mantido o caráter preventivo do programa; c) estabelecer um programa para geração de renda, com objetivos, metas, recursos, responsáveis e prazos; d) Manter, no mínimo, os atuais valores da bolsa; e) Não vincular com exclusividade, a administração do programa ao Conselho Municipal de Assistência Social. O representante da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura,

salientou que o manual está apontando as piores formas do trabalho infantil, sendo que a Comissão Tripartite, incumbida para essa definição, ainda não apresentou os resultados do trabalho. O Vice-Presidente acolheu o documento, informando que o CONANDA fará estudo sobre o mesmo. O encaminhamento aprovado pela plenária, foi de fazer um estudo de todos os documentos e agendar para a assembléia do mês de abril, a convocação da Gerente do PETI, para discutir o assunto. Foi aprovado também, o convite a um representante do Ministério do Trabalho e Emprego e a outro profissional habilitado, para o debate na Assembléia de abril, sobre a Convenção n.º 182. Foi aprovado também, formular convite aos Conselhos Estaduais, para participarem da Assembléia do CONANDA no dia 11 de abril, onde serão discutidas as piores formas do trabalho infantil sobre o PETI e também para participação do Seminário Nacional promovido pelo Fórum Nacional de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil. Foi aprovado que o Vice-Presidente participará da mesa de abertura do Seminário Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e a conselheira Maria Izabel, representará o CONANDA nos trabalhos do evento. 3 – Com relação às questões que envolvem a juíza de Porto Calvo e a promotora de Caxias, foi aprovado os seguintes encaminhamentos: A Comissão de Articulação apresentará na próxima plenária proposta de ação coordenada, objetivando a visibilidade do assunto; solicitar informações atualizadas aos Conselhos Estaduais dos Direitos de Alagoas e Maranhão, sobre os procedimentos legais já adotados com relação aos envolvidos nas denúncias e novos fatos que envolvem a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes nesses municípios; manter contato com o Programa de Proteção a Testemunha do MJ, para verificar quais são as possibilidades de inclusão das adolescentes e da aliciadora de Porto Calvo no Programa; contatos com a Frente Parlamentar para negociar proposta de audiência pública no mês de maio. 4 – Tendo em vista necessidade de contratação de consultoria para elaboração dos parâmetros nacionais para os

Conselhos Tutelares, o Vice-Presidente, solicitou à plenária a indicação de dois nomes de consultores, até a próxima assembléia, bem como a indicação de frases de efeito para elaboração de cartazes alusivos à comemoração dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Vice - Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Vice - Presidente do CONANDA